



CÂMARA faz audiência sobre diretrizes orçamentárias.
São Paulo, 26 jun. 2003.

Folha de São Paulo,

Câmara faz audiência sobre diretrizes orçamentárias

FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

Foi realizada na manhã de ontem, na Câmara Municipal, uma audiência pública para a discussão do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da cidade de Campinas.

A LDO estabelece uma previsão de crescimento da receita municipal de 15,48% entre 2003 e 2004. Com isso, o Orçamento da prefeitura passaria de R\$ 1,003 bilhão, neste ano, para R\$ 1,043 bilhão, em 2004.

Entre os destaques da LDO está o aumento da verba prevista para

a realização de novos investimentos, que passaria dos atuais R\$ 46,4 milhões para R\$ 60 milhões em 2004, ano em que acontecerá a eleição do sucessor da prefeita Izalene Tiene (PT).

As despesas correntes, que incluem o gasto com a folha de pagamento dos servidores municipais, também terão um crescimento. O valor estimado subiria de R\$ 888,7 milhões, em 2003, para R\$ 928,7 milhões, em 2004.

A prefeitura busca alternativas para diminuir o impacto da folha de pagamento no Orçamento municipal, que hoje é de 52,87%.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê um limite máximo de gastos com pessoal do Executivo de 54% e estabelece um limite prudencial de 51,5%. Esse limite hoje já é ultrapassado pela Prefeitura de Campinas.

Questão salarial

A busca de alternativas para a concessão de reajustes salariais ao funcionalismo em 2004 dominou os debates durante a audiência pública de ontem na Câmara.

O líder da bancada do PSDB, Dário Saadi, destacou que a administração precisa encontrar meios

de evitar o que está acontecendo este ano, quando a proposta do governo de conceder reajuste zero ao funcionalismo público levou a categoria a decretar greve.

Já o líder da bancada do PMDB, Tadeu Marcos, protocolou uma emenda ao projeto da LDO que obriga a prefeitura a incluir no Orçamento um índice para o reajuste salarial dos servidores no próximo ano.

O projeto da LDO para 2004 já foi aprovado em primeira discussão (legalidade) e deverá ser colocado em votação na sessão legislativa da próxima segunda-feira.